



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra, em sequência, à Deputada Jandira Feghali, pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Vou agregar o tempo de líder, Sr. Presidente. São mais 9 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Líder da Minoria? São 9 minutos. Então, o tempo de V.Exa. é de 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, primeiro manifesto o privilégio em ter o Relator presente na hora da minha intervenção, porque em 4 dias de debate desta Comissão — eu disse isso aqui, porque isso repito na presença dele — eu achei desrespeitosa a ausência do Relator para não ouvir os colegas que aqui se pronunciaram e debateram. Agora, é bom o Relator estar presente nos ouvindo. Senão, não adianta.

Em segundo lugar, eu quero cumprimentar os colegas que no último dia de trabalho da Comissão surgem como membros do Colegiado, aceitando substituir outros colegas que tiveram posições diferenciadas da base do Governo e que estão sendo retaliados pelo Governo Federal.

Quero registrar que apresentei um voto em separado, que está na página da Comissão — ele não foi distribuído, mas está na página —, como contribuição ao debate da Comissão e da sociedade brasileira.

Começo dizendo que, quanto a essa frase “nós temos que pensar o Brasil”, eu fico me perguntando para que Brasil esses Parlamentares falam. O Brasil rejeita por 92% este Governo e rejeita as reformas por quase 80%. Então, não sei para que Brasil esses Parlamentares estão falando, porque, apesar de uma propaganda absolutamente mentirosa, terrorista, falsa e ilegal nos meios de comunicação, não conseguiram ganhar a maioria do povo brasileiro. As pessoas não são idiotas. Não subestimem o povo brasileiro. Ele sabe exatamente o que está acontecendo neste Governo e no Congresso Nacional.

Eu ouço aqui falar em manipular manipulação grosseira. Manipulação grosseira fez o Governo e faz a sua base parlamentar quando encaminha para cá uma projeção de futuro em que superestima despesas e subestima receitas, fazendo uma projeção de estagnação até 2060; quando não nos fornece os microdados para



aplicarmos em fórmulas que não temos como se utilizar sem os dados reais, para projetarmos de fato o futuro.

Manipulação grosseira é falar do envelhecimento da população sem discutir a taxa de dependência. A população envelhece, mas a taxa de dependência cai. Portanto, nós teremos mais população economicamente ativa sustentando os idosos e as crianças.

Manipulação grosseira é falar do déficit e reafirmar e colocar aqui, como fez o Relator, a comparação — que ele nem consegue mostrar aqui — entre os juros e a despesa previdenciária. Pois eu coloco: em 2016, ano passado, agora, recentemente, o Tesouro destinou para pagamento de juros 6,5% do PIB, e o Tesouro destinou para o pagamento de benefícios previdenciários 2,4% PIB. O restante são contribuições de patrões e empregados, dinheiro que a sociedade brasileira colocou.

Então, nós continuamos pagando muito mais juros da rolagem da dívida do que benefício previdenciário com recursos do Tesouro. E esses recursos do Tesouro advêm das contribuições sociais que são rubricadas para a seguridade social.

Este Governo faz manipulação grosseira, quando fala que está atacando os privilégios. Mentira! Repito: mentira do Governo e de quem repete seu discurso, como a relatoria e a base Parlamentar. É mentira, porque aqueles que ganham 27 mil reais de aposentadoria, Deputado, terão uma saída na previdência complementar privada, com quem este Governo fez acordo.

O que se muda aqui é um modelo de previdência: deixa de ser, de fato, um modelo público, um modelo de repartição intergeracional, e passa a ser um modelo privatizante da Previdência Social brasileira. As pessoas não vão querer mais entrar nesse sistema, porque as regras impedem o alcance do benefício. E aqueles que têm aposentadoria de 27 mil reais, ou que alcançam o teto, vão para a previdência complementar privada dos bancos, que é o acordo que este Governo fez para encaminhar este projeto.

Aqui o grande conluio, a grande parceria, que precisa ser dita à sociedade brasileira, é deste Governo com os bancos que apoiaram o *impeachment*. Estamos pagando o *impeachment*, se votarmos a favor desta reforma da Previdência.

Isso é manipulação.



Em terceiro lugar, Sr. Presidente, eu não estou preocupada com o resultado da votação da Comissão — aliás, nunca estive — e já disse isso aqui várias vezes. Nesta Comissão o Governo só precisa de 19 votos. Não há necessidade de se colocar sequer três quintos. Esta Comissão é de cartas marcadas, e o Governo retalia e substitui aqueles que não concordam com o relatório.

Então, este resultado aqui nada significa, em termos de resultado final da reforma da Previdência. A grande batalha será no plenário, onde o Governo precisa ter 308 votos. E não terá, porque a sociedade se levantou no dia 28 de abril, numa greve absolutamente vitoriosa, e manifestou-se no dia 1º de maio.

E não adianta o Governo mentir, e a mídia brasileira nos envergonhar com essa cobertura criminoso que fez, porque cada Deputado aqui sabe o que aconteceu nos seus Estados e nas suas cidades. Todo mundo aqui sabe do poder da greve e das manifestações que ocorreram.

E essas manifestações vão aumentar, vão ser permanentes em cada cidade, na base eleitoral de cada Deputado, porque a sociedade sabe que esta reforma, além de privatizar a Previdência pública, vai excluir os trabalhadores mais pobres sim, senhor! A base do Governo pode argumentar o que quiser. Isso é fato.

Como disse outro dia um Deputado: “*Não briguem com os números e com os fatos*”. Portanto, não brigemos com os fatos e com os números. Esta reforma, sim, se aprovada, pode quebrar a Previdência Social brasileira não só pela exclusão, mas também pela desistência de quem pode fazê-lo.

Nós aqui não temos conquistas. Vamos parar de comparar a PEC original com o relatório. A PEC original todos nós sabemos que tinha gordura. Nós temos que comparar o que temos hoje com o relatório. A PEC original já morreu. E comparando o que temos hoje com o relatório, não há conquistas; só há perdas, só há exclusão.

As mulheres não ganharam com essa reforma, elas estão perdendo e continuam sendo as mais excluídas. Aumentou a idade mínima para todas: para as professoras ficarem iguais aos homens, com mais 5 anos. As mulheres da cidade, mais 2. As mulheres do campo, mais 2. A servidora pública, mais 7.



Essa inclusão dos policiais não resolveu o problema, porque ela ainda vai ser jogada para lei complementar, que poderá — poderá! — manter ou não a idade de 55 anos. O tempo de contribuição será quase inalcançável para alguns segmentos.

E, na transição, há um tempo para entrar, mas o tempo para sair é absolutamente criminoso para quem exerce atividade de risco como os policiais, principalmente as mulheres.

Há uma desproteção dos idosos e das pessoas com deficiência. Quero aqui fazer um destaque — remeto-me aqui à Deputada Mara Gabrilli, ao Deputado Eduardo Barbosa, à Deputada Rosinha da Adefal —, a única aposentadoria por tempo de contribuição que ficou foi a da pessoa com deficiência: 35, 25 ou 20 anos. É mais do que o trabalhador normal! Como uma pessoa com deficiência vai contribuir 35 anos, principalmente no Regime Geral? Hoje, no Regime Geral, para chegar a 15, é preciso um imenso esforço, e a grande maioria dos trabalhadores não consegue ultrapassar.

Mesmo na transição do Regime Geral não é 15, não! É mentira, porque aumenta 6 meses a cada ano. Então, quando a pessoa que pensava que em 2020, em 2021, iam ser 15, vão ser 17. Daqui a pouco, vão ser 18, 19. É mentira que a transição é com 15 anos!

É mentira para o servidor público que a sua transição está facilitada! Ao contrário, já houve três reformas para os servidores. Três! Já há uma transição em curso, que é absolutamente desconhecida, e nova transição é feita, aumentando o tempo de trabalho absurdamente para esses servidores.

Essa reforma da Previdência é fiscal. Não é uma reforma de longo prazo. Ela é conjuntural. Por que ela é conjuntural? Porque há um acordo com os que se beneficiarão dessa reforma, que não são os trabalhadores brasileiros, muito menos os mais pobres, e sim o grande capital.

E não adianta dizer: *“Não podemos ter uma Congresso acovardado”*. Ora, quem fala grosso com o trabalhador pobre e fala fino com o grande capital é covarde, não é corajoso! E é o que está acontecendo aqui hoje com essa reforma.

Falaram dos outros países. Pois bem, vamos olhar a transição: nos Estados Unidos, sobe 1 ano na idade mínima a cada 8 anos; na Alemanha, sobem 2 anos a



cada 5. Na Espanha, tão citada aqui, sobem 2 anos a cada 14, Deputado. Aqui, estamos aumentando 1 ano na idade mínima a cada 2 anos!

Quanto ao problema demográfico, o Japão é um país de idosos e reduziu agora o tempo de contribuição para 10 anos e reduziu também a idade mínima, devido ao empobrecimento dos seus idosos. O que vamos provocar com essa reforma é que vamos começar a ver idoso pedindo esmola na rua de novo.

Deputado Arthur Oliveira Maia, é o idoso pobre que vai se arrebentar nessa reforma. Os privilegiados têm os bancos. O trabalhador pobre não tem condição de fazer sua previdência complementar.

Eu gostaria que o senhor me ouvisse sem o sorrisinho. Ouça com respeito. Ouça com respeito. O senhor é obrigado a me respeitar.

Os trabalhadores rurais V.Exa. transformou em contribuintes individuais. V.Exa. excluiu os trabalhadores rurais. Quero ver trabalhador rural contribuindo individualmente alcançar 15 anos de contribuição! O microempreendedor individual urbano tem uma adimplência de 40%. Adimplência! Vai pedir essa adimplência aos rurais? Eles vão ter que fazer a escolha de Sofia: contribuo para quem? Hoje é um núcleo familiar que se aposenta com a comercialização da produção. Agora será cada um contribuindo individualmente para tentar se aposentar. Isso é um crime! Isso é uma perversidade! É uma crueldade o que se faz com essa proposta.

O que nós estamos aqui fazendo, Deputado Carlos Marun, Parlamentares que me ouvem, é um terrorismo, é uma falsidade com o povo brasileiro. É mentira que nós estamos favorecendo os mais pobres. É mentira que nós vamos fortalecer a Previdência. E é mentira que não ter a reforma quebra a Previdência. Mentira!

O problema do Rio de Janeiro, citado aqui três vezes, é possível que eu conheça um pouco mais de perto. Brigas entre facções já existem há anos no Rio de Janeiro. Ali, o problema é erro na política de segurança e de prevenção à violência. O Rio de Janeiro não quebrou por causa da regra de aposentadoria. Ele quebra por falta de planejamento, por roubo, por ausência de base de arrecadação, porque faliram a indústria do Rio de Janeiro. Não há base produtiva no Rio de Janeiro hoje para arrecadar suficientemente. Então, vamos parar de falar bobagem para justificar propostas perversas e cruéis como essa.



Quero aqui me centrar numa questão que é decisiva para o conjunto e que fará parte do nosso destaque: exigir 25 anos de contribuição para a aposentadoria por idade é a exclusão, conforme os dados de hoje, de 79% dos trabalhadores de baixa renda, e, particularmente das mulheres, em maior número, pois são elas as mais precarizadas, com jornada maior e salário menor.

Os senhores fazem a reforma trabalhista, os senhores fazem terceirização. Agora aprovaram a Medida Provisória nº 766, de 2017, parcelando em 240 vezes a dívida das empresas com a Previdência e com a União. Isso é uma vergonha! Eu tiro direito daqui e, ali, parcelo em 240 vezes a dívida das empresas. E a dívida ainda prescreveria em 5 anos! E aqui se exigem 25 anos do trabalhador de baixa renda, que não consegue contribuir mais de 5 vezes por ano!

O que os senhores estão fazendo é uma crueldade. É uma mentira!

O povo precisa, sim, se levantar! O povo vai se levantar e vai derrotar essa reforma da Previdência, da mesma forma como já atrasou, como resultado da greve geral e do 1º de Maio, a votação da reforma trabalhista no Senado!

E os senhores que dizem que se preocupam tanto com os rurais acabaram de mandar uma reforma para eles com o retorno do trabalho escravo. Por isso, eu digo com muita convicção que os senhores querem privatizar a Previdência, querem excluir os mais pobres, querem servir aos bancos e ao capital financeiro, numa covardia absoluta, e não por coragem.

Por isso, a Minoria encaminha o voto “não” a essa proposta excludente e criminosa, que privatiza a Previdência pública.

Obrigada, Sr. Presidente. *(Palmas.)*